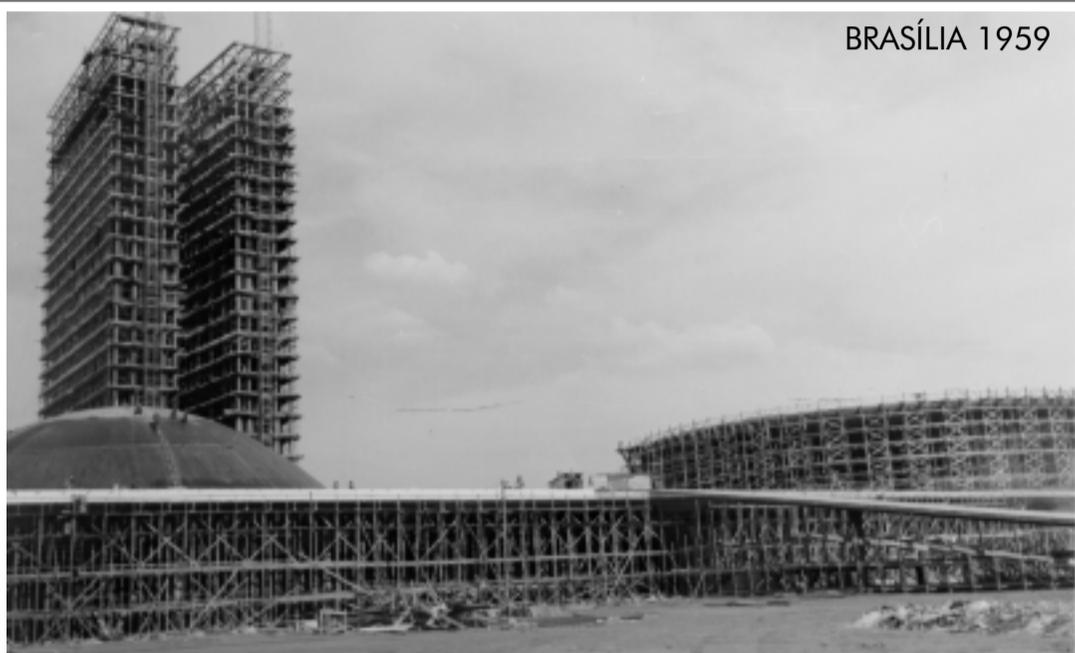


Senadores inspecionam amanhã obra do TRT que já consumiu R\$ 230 milhões

Ramez Tebet, Carlos Wilson, Paulo Souto e Geraldo Althoff devem encontrar-se com procuradores que investigam o caso. CPI do Judiciário aprova quebra de sigilo bancário e indisponibilidade dos bens de envolvidos nas denúncias



BRASÍLIA 1959



BRASÍLIA 1999

39º ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA

Senadores homenageiam a capital

O Senado rendeu, na sessão de terça-feira, suas homenagens aos 39 anos de fundação de Brasília, comemorados ontem. O presidente Antonio Carlos Magalhães registrou ter sido o único entre os presentes a ter participado da inauguração da capital. A homenagem

resultou de uma proposta dos três senadores do Distrito Federal — José Roberto Arruda, Luiz Estevão e Lauro Campos. Outros parlamentares se associaram à homenagem e destacaram o papel estratégico de Brasília no desenvolvimento nacional.

PÁGINA 8

A CPI do Judiciário fará amanhã, em São Paulo, uma inspeção no local das obras do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, que já consumiram R\$ 230 milhões e ainda estão inacabadas. Os senadores deverão encontrar-se com integrantes do Ministério Público Federal em São Paulo, que abriu inquérito para apurar denúncia de superfaturamento na construção. Os trabalhos em São Paulo serão realizados pelos senadores Ramez Tebet (presidente), Paulo Souto (relator), Carlos Wilson (vice-presidente) e Geraldo Althoff. Na terça-feira, a CPI aprovou a quebra do sigilo bancário e a indisponibilidade dos bens dos envolvidos nas denúncias.

PÁGINAS 3 E 4



Por sugestão de Paulo Souto, a CPI do Judiciário aprovou a proposta de quebra do sigilo bancário do ex-presidente do TRT, que está impedido de deixar o país

Documentos apreendidos revelam “fatos gravíssimos”, diz relator da CPI dos Bancos

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto, informou que documentos apreendidos no apartamento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, revelam fatos

ainda mais graves do que os já noticiados pela imprensa. “São gravíssimos”, assinalou. O senador Jader Barbalho disse na terça-feira que a CPI garante o direito de defesa de Lopes.

PÁGINA 5

Renovação de concessões gera debate

PÁGINA 2

Valadares quer INPC na casa própria

PÁGINA 7

Senado aprova renovação de concessões

Projetos geram debate: Suplicy reitera que oposição vai abster-se até a instalação do Conselho de Comunicação Social e Valadares defende mecanismos para democratizar a informação

O Senado aprovou, na terça-feira, três projetos de decreto legislativo renovando concessões para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, pela Radiodifusão Águas Claras Ltda., na cidade de Catuibe (RS); em onda tropical, pela Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda., na cidade de Varginha (MG), e também em onda média, pela Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., na cidade de Cerro Largo (RS). Os projetos vão à promulgação.



Ao examinar três projetos de decreto legislativo que tratam da renovação de concessão de rádio, o plenário discutiu a importância das emissoras comunitárias e a instalação do Conselho de Comunicação

Jonas diz que MP estimula o progresso regional

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator da medida provisória que estabelece diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, disse, ao justificar



Jonas Pinheiro

seu parecer favorável à medida, na terça-feira, que a MP proporciona maior participação de empresas e investidores em empreendimentos no Nordeste, na Amazônia e no Espírito Santo, por meio dos fundos de investimento Finor, Finam e Fures, respectivamente. A MP mantém a vigência desses fundos e facilita operações nas áreas de câmbio, frete e fiscal para incentivar a participação de empresários.

– Esses fundos são instrumentos de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social nessas áreas. Sua extinção prematura seria desaconselhável, particularmente nesta virada de século, quando o fenômeno da globalização coloca novos e complexos desafios para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das regiões periféricas do país – disse.

A comissão mista incumbida de apreciar a matéria não pôde se reunir para votar o parecer do relator devido aos demais trabalhos do Senado e da Câmara, e também por causa da participação dos senadores em duas comissões parlamentares de inquérito, segundo o senador. Ele disse que a medida provisória é importante para o desenvolvimento regional, porque incorpora dispositivos e aperfeiçoa a legislação vigente que trata do assunto, principalmente a Lei nº 8.167, de janeiro de 1991, e a Lei nº 9.126, de novembro de 1995.

Suplicy faz apelo para a instalação de conselho

O senador Eduardo Suplicy fez um apelo, na terça-feira, para que o Conselho de Comunicação Social seja instalado com brevidade. “Os partidos de oposição têm-se absterido, sistematicamente, nas votações de renovação de concessões de rádio e TV, em protesto contra a morosidade do Congresso Nacional em indicar seus membros e instalar o conselho, que tem prerrogativas constitucionais de ser órgão auxiliar na tarefa de examinar essas concessões”, disse. Segundo Suplicy, essa



Eduardo Suplicy

posição do PT é, muitas vezes, mal interpretada.

Suplicy explicou que, em 28/07/92, a Mesa Diretora do Senado apresentou proposição com os nomes para o Conselho de Comunicação Social. “Até hoje, aguarda inclusão na Ordem do Dia para ser votada.” O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, respondeu que iria falar, novamente, com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para ultimar providências no sentido de instalar o referido conselho.

Emissora comunitária deve ter apoio, afirma Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) instou o Senado a trabalhar para fortalecer as rádios e TVs comunitárias como meio de democratizar a informação no Brasil. “Num momento em que CPIs do Senado trabalham para abrir as caixas-pretas do Banco Central e do Poder Judiciário, não podemos



Valadares

aceitar que as emissoras comerciais de rádio e TV exerçam o virtual monopólio da informação no país”, enfatizou.

Para Valadares, o Executivo tem demonstrado lentidão em reconhecer a importância das rádios comunitárias.

“Ao definir em 10 watts a potência máxima dessas emissoras – 50 watts seria o ideal –, o governo está cerceando sua potencialidade e impedindo que possam cumprir a tarefa de informar seu público e expandir sua importância nas suas respectivas comunidades”, disse.

Embora tenha condenado o “monopólio de informação” existente na maioria dos estados durante o período eleitoral, o senador por Sergipe lembrou o papel que os meios de comunicação tiveram no aprimoramento da democracia no Brasil.

Viana defende convenção que protege populações indígenas



Tião Viana

Designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como relator da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, o senador Tião Viana (PT-AC) disse na terça-feira que a maior homenagem que se pode prestar aos povos indígenas é aprovar os termos da convenção. Na última segunda-feira, foi comemorado o Dia do Índio.

Para o senador, a Convenção 169 será, para aquelas comunidades, tão importante quanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem, pois viabilizará um pacto entre as nações para garantir às populações indígenas o acesso às terras a que têm direito.

Tião Viana lamentou “o folclore de denúncias e críticas” à política de demarcação de terras indígenas e registrou a desumanidade embutida na estatística segundo a qual a expectativa de vida dos yanomami é de 24 anos.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1999

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1998 (nº 507/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. OM, em Catuibe (RS).
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 42 Não: 01 Abst.: 07 Total: 50. À promulgação.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1998 (nº 509/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. OT, em Varginha (MG).
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 42 Não: 01 Abst.: 06 Total: 49. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1998 (nº 511/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. OM de Cerro Largo (RS).
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 39 Não: 01 Abst.: 09 Total: 49. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão não deliberativa

Sexta-feira (23.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Comissão também aprovou pedido à Polícia Federal para impedir o juiz Nicolau dos Santos Neto de deixar o país

CPI quebra sigilo bancário de ex-presidente do TRT-SP

Comissão bloqueia bens de magistrado e empresários envolvidos na construção da sede das juntas de conciliação e julgamento

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário aprovou na terça-feira requerimento apresentado por seu relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), solicitando a quebra de sigilo bancário e a indisponibilidade dos bens dos envolvidos na construção, na capital paulista, do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Por unanimidade, o plenário da comissão aprovou as propostas formuladas por Souto de pedir ao Banco Central (BC) a quebra de sigilo bancário e a indisponibilidade de bens da Incal Indústria e Comércio de Alumínio Ltda.; de sua subsidiária, a Incal Incorporações S/A; e do

presidente e do diretor financeiro da empresa, Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correia Teixeira Ferraz.

O pedido incluiu também o sigilo bancário e os bens do ex-presidente do TRT-SP, o juiz Nicolau dos Santos Neto, que dirigia aquela corte no início da construção da nova sede, ainda em andamento. O sigilo bancário deverá ser quebrado no período que vai de 1992, data do início da construção, até o tempo presente.

Souto argumentou que o Ministério Público solicitou a quebra do sigilo bancário e a indisponibilidade dos bens desses envolvidos na ação cautelar ajuizada em 30 de junho de 1998. Entretanto, até agora não obteve resposta.

Outra deliberação da CPI, também por unanimidade, foi a proibição de que Nicolau dos Santos Neto deixe o país. O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), determinou que se oficiasse à Polícia Federal que durante o período de funcionamento da comissão não é conveniente "aos interesses do Congresso Nacional a concessão de visto de ausência do país sem o consentimento da CPI".

O pedido para que o ex-presidente do TRT-SP fosse proibido de sair do país partiu do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). O requerimento, que resultou da preocupação manifestada pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE) de que o juiz viesse a desaparecer, foi apoiado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Tebet agenda depoimentos para a próxima semana

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou na terça-feira a agenda de depoimentos da próxima semana. Para o dia 26, segunda-feira, está marcado o depoimento do subprocurador da República Eithel Santiago de Brito Pereira, que investiga irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba. No mesmo dia, mas ainda dependendo de confirmação, deverá prestar depoimento o genro do juiz Nicolau dos Santos Neto, presidente do TRT-SP quando do início da construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade de São Paulo.

Para o dia seguinte (27, terça-feira) está marcado o depoimento do desembargador Vicente Vanderley, ex-presidente do TRT-PB. Também depende de confirmação o depoimento do desembargador Ruy Eloy, presidente do TRT-PB na época em que foram constatadas irregularidades naquele tribunal.



Tebet, presidente da CPI, ainda depende da confirmação de alguns depoimentos

Por fim, para a quinta-feira da próxima semana (dia 29), foi marcado o depoimento do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA). O depoimento do parlamentar foi sugerido pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Segundo o senador, há anos o deputado se manifesta contrariamente à liberação de vultosos recursos para a construção de tribunais, nas discussões sobre o Orçamento no Congresso Nacional.

Ministro já mandou DPF cumprir decisão

Durante a tarde de terça-feira, chegou ao conhecimento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cópia do fax enviado pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, à Polícia Federal, mandando cumprir decisão da CPI do Judiciário que proíbe o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, de sair do país.

A mensagem, expedida em caráter urgente, é dirigida ao diretor-geral interno do Departamento de Polícia Federal, Vantuir Jacini, e determina que sejam adotadas "as providências que o caso requer".

Ao dar a ordem, o ministro cita, como embasamento, o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição. Este dispositivo constitucional estabelece que as comissões parlamentares de inquérito "terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais".

Senadores vão a SP ouvir procuradores

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Judiciário, Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente, Paulo Souto (PFL-BA), relator, e Geraldo Althoff (PFL-SC) irão a São Paulo amanhã para verificar detalhes da obra do Tribunal Regional do Trabalho.

O requerimento de criação da CPI, proposto pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, cita a construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento do tribunal na capital paulista como um caso de licitação de obras e serviços sem a observância de normas legais.

Os senadores vão procurar inte-

grantes do Ministério Público em São Paulo para obter detalhes das investigações realizadas na capital paulista. A viagem foi agendada por Paulo Souto depois que o auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo de Tarso de Oliveira, prestou depoimento à CPI, na última segunda-feira, apontando irregularidades no contrato.

De acordo com o auditor, o contrato para a construção do prédio das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo contém "cláusulas leoninas" consideradas dolosas para a administração pública.

Na avaliação de ACM, "CPIs estão indo bem"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, avaliou na terça-feira, após participar de nova reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais, que "as CPIs (do Judiciário e dos Bancos) estão indo bem, fazendo seu trabalho e cumprindo seu dever".

A respeito da revelação de conta bancária no exterior em nome de ex-sócio do economista Francisco Lopes e cujo saldo - US\$ 1,675 milhão - estaria à disposição da família do ex-presidente do Banco Central, segundo carta manuscrita encontrada durante as buscas realizadas na residência de Lopes, Antonio Carlos limitou-se a um comentário:

- Pode ser que com o depoi-



Antonio Carlos disse que, no momento, situação de Francisco Lopes está "piorando"

to dele (*Francisco Lopes*) as coisas melhorarem, mas no momento estão piorando.

Dutra nega possuir dossiê contra Estevão

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) negou estar de posse de um dossiê, que, segundo o jornal *O Globo*, teria sido elaborado pelo seu partido, com documentos e denúncias contra o Poder Judiciário do Distrito Federal, que envolveriam o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

A matéria do jornal dizia que relatório de mais de 500 páginas seria entregue por Dutra na terça-feira à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário:

- Não tenho conhecimento e não tenho posse de dossiê desse tipo. Se o tivesse, já o teria entregue ao relator - afirmou Dutra, referindo-se ao relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA).

Segundo o dossiê citado pela reportagem, durante o governo de Cristovam Buarque a Justiça local teria prejudicado a administração petista. Além disso, diz o jornal, durante o manda-



Dutra: "Não tenho conhecimento e não tenho posse de dossiê desse tipo"

to daquele governante o principal beneficiário das decisões judiciais teria sido Luiz Estevão:

- Alguns pontos levantados pela reportagem podem ser investigados, mas a minha posição, contrária à investigação de sentenças, vale para todas elas - afirmou Dutra.

ACM revela insatisfação com respostas da depoente

As respostas evasivas dadas pela presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa), Flora Coelho, a perguntas dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Maguito Vilela (PMDB-GO) deixaram o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) insatisfeito.

Flora Coelho se eximiu também, durante seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, de oferecer sugestões de providências a serem tomadas pela CPI, por solicitação do senador potiguar.

Agripino pediu a opinião de Flora Coelho sobre a visão que os paraenses têm da ação que envolve o Basa e a empresa Sabim. Já Maguito quis saber qual a reputação dos peritos que calcularam a indenização bilionária. Flora Coelho, porém, disse que não tem conhecimento da sociedade paraense ou dos peritos e, dessa forma, não poderia opinar sobre o assunto.

– Se ela vive trabalhando pelo banco, tinha obrigação de saber mais sobre os assuntos do banco, inclusive sobre o que pensa a sociedade paraense a respeito dessa causa. Não poderia se omitir. Era o seu dever saber sobre o conceito dos peritos que deram laudos absurdos – afirmou Antonio

Carlos, último senador a falar durante o depoimento da presidente do Basa.

Antonio Carlos

Para o senador pela Bahia, a presidente do banco talvez estivesse intimidada pelo início da comissão, sem querer dizer o que pensa.

– A senhora é obrigada a dizer o que a senhora pensa. A senhora, que é uma funcionária competente, não pode ficar intimidada de dizer o que pensa – disse o senador.

Antonio Carlos citou ainda declarações do presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de que o Poder Judiciário é responsável pela existência da CPI. O senador considerou a afirmação “extremamente importante, porque se houvesse um Judiciário correto não existiria CPI”.

– Eu quero dizer à senhora que entrei aplaudindo e que não vou sair feliz com o seu depoimento – concluiu Antonio Carlos, autor do requerimento para a criação da CPI do Judiciário.

Após a intervenção de Antonio Carlos Magalhães, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse ser obrigação sua informar que a testemunha que comparece à comissão não está obrigada a fazer declarações a não ser sobre fatos objetivos.

Basa é condenado a pagar ação de valor bilionário

Senador Carlos Wilson estima que indenização de R\$ 81 bilhões fixada pela Justiça permitiria comprar 20 vezes o total dos imóveis do Pará

A empresa Sabim, beneficiária da decisão judicial de primeira instância que prevê a indenização de R\$ 81 bilhões pelo Banco da Amazônia S.A. (Basa), tentou negociar no mercado financeiro os supostos créditos decorrentes da ação. A revelação foi feita pela presidente do Basa, Flora Valladares Coelho, durante depoimento, terça-feira, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Poder Judiciário.

Em resposta ao vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), a depoente afirmou que uma empresa paulista tentou negociar os créditos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) em São Paulo. Após consulta ao Basa, a CEF desistiu do negócio. Segundo Flora Coelho, o banco que preside recebeu muitas outras consultas e teve que avisar a Comissão de Valores Mobiliários e publicar como fato relevante a informação de que os créditos negociados pela empresa paulista ainda se encontram *sub judice*.

Ao senador Moreira Mendes (PFL-RO), a presidente do Basa disse que as negociações dos créditos começaram já em dezembro de 1996, em Londrina (PR), um ano e três meses antes de a sentença ter sido publicada. O fato levou o senador a especular que os beneficiários da decisão da Justiça já sabiam do resultado da ação com antecedência.

A presidente do Basa informou que os

Imóveis iguais, diferentes avaliações

No depoimento à CPI, a presidente do Basa, Flora Valladares Coelho, explicou à comissão como o banco foi condenado, em primeira instância, a pagar uma indenização de R\$ 81 bilhões à Madeireira Sabim, falida em 1970.

Segundo Flora Coelho, o perito designado pela Justiça, o engenheiro civil José Maria Monteiro David, avaliou por duas vezes os mesmos terrenos que o Basa teria de indenizar à Sabim. Três glebas localizadas no município de Paragominas (PA), que haviam sido avaliadas por R\$ 1,4 milhão em 1981, foram reavaliadas pelo mesmo perito por R\$ 466,9 milhões, em 1996. Os valores, apresentados à CPI pela presidente do Basa, foram corrigidos pela variação do dólar no período.

A segunda avaliação foi necessária por



No depoimento à CPI, a presidente do Basa disse que a empresa beneficiada pela decisão tenta desde 96 negociar a indenização no mercado financeiro

negociadores dos supostos créditos da Sabim apresentam dossiê muito bem organizado com informações de que a sentença é definitiva e que existiria até previsão orçamentária para o pagamento da dívida. Flora Coelho comunicou que foi aberto, a pedido do Basa, inquérito policial no Paraná para apurar os fatos.

Moreira Mendes solicitou que os negociadores dos créditos e os peritos que calcularam a indenização sejam convocados a depor na CPI.

Os cálculos feitos pelos peritos foram alvo de críticas dos senadores Carlos Wilson e José Agripino (PFL-RN). Wilson diz ter consultado os anúncios classificados do jornal *O Liberal*, de Belém, e lá encontrou área oferecida em Paragominas (PA), mesma região dos terrenos da Sabim, por um preço muito inferior.

– Com R\$ 81 bilhões, seria possível comprar 20 vezes o estado do Pará e três

vezes o território do Brasil – estimou.

Já Agripino questionou como um terreno pôde ter sido avaliado pelo mesmo perito por um valor mais de 300 vezes superior 15 anos mais tarde.

– Temos fatos concretos, gritantes e revoltantes – protestou o senador potiguar. Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o Basa deveria ter pedido a nomeação de novos peritos para elaborar laudos sobre o valor dos imóveis arrolados na indenização. “É tudo muito estranho”, afirmou Maguito.

Questionada pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) sobre o comportamento do departamento jurídico do Basa durante o processo, Flora Coelho disse acreditar que todas as medidas necessárias foram tomadas, tanto que o banco conseguiu a anulação da primeira sentença, de 1981, no Supremo Tribunal Federal (STF).

acordo com a presidente do Basa, na segunda avaliação, este valor foi calculado em US\$ 12.950 por hectare, quando o próprio banco utiliza valores entre R\$ 150 e R\$ 400, os mesmos em vigor no Incra.

Flora Coelho explicou que a Sabim pediu incentivos fiscais à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966. Em 68, foi descredenciada por não apresentar documentos necessários. A Sabim, então, abriu concordata, transformada em falência em 1970.

Paulo Souto afirmou que, além dos valores da indenização, o processo chama a atenção pelo tempo em que tramita, mais de 30 anos, acumulando mais de nove volumes, com mais de 200 páginas cada.



Paulo Souto: CPI ajudará a Justiça a ter mais cuidado no cálculo de indenizações

Souto destaca o que chama de “efeito educativo”

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), destacou que o depoimento da presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa), Flora Valladares Coelho, terá um “efeito educativo enorme”. Para ele, a comissão, ao abordar a absurda e bilionária indenização (R\$ 81 bilhões) que o banco terá de pagar a uma madeireira falida, por decisão da Justiça de primeira instância, deverá “pôr um freio nesta magnanimidade com que têm sido feitos os laudos de indenizações” pela Justiça.

Para o senador, o objetivo principal do depoimento da última terça-feira foi “saber quais critérios orientaram os laudos” para efeito de indenização, que o senador qualificou de “verdadeiros absurdos”. A CPI decidiu convocar para depoimento o engenheiro civil José Maria Monteiro David, responsável pelos dois laudos de perícia sobre os mesmos terrenos, mas cujos valores apresentados variaram mais de 300 vezes.

O senador destacou que a CPI tem hoje “evidências muito fortes” das irregularidades.

Após o depoimento da presidente do Basa, Paulo Souto destacou os fatos já apurados pelo Ministério Público na ação cautelar, no inquérito civil público e na ação civil pública que ajuizou por irregularidades na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo (SP).

Segundo Paulo Souto, o Ministério Público ficou “preliminarmente convencido” da extrema gravidade das irregularidades na construção do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento da cidade de São Paulo.

O principal depoimento tomado pela Procuradoria da República foi, segundo ele, do genro do desembargador Nicolau dos Santos Neto – juiz que presidia o tribunal na época do início da construção da sede –, Marco Aurélio Gil de Oliveira. Esta testemunha afirmou que o juiz tem uma casa em Miami, nos Estados Unidos, e vários automóveis, poses que não seriam condizentes com seu poder aquisitivo. O depoimento do genro do desembargador à CPI foi pedido pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Dutra e Jefferson protestam contra depoimento

Antes do depoimento da presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valladares Coelho, os senadores do Bloco Oposição José Eduardo Dutra (PT-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM) ameaçaram não participar da reunião. Em ofício assinado por eles e entregue ao presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), eles alegaram “impe-

dimento regimental” na análise de matéria que se encontra *sub judice*, como é o caso do processo que envolve o Basa.

– A oitiva aponta para ulterior exame de atos de natureza precipuamente judicial. Por mais chocantes e aberrantes que sejam os números relativos à condenação do chamado “caso Basa”, a questão é, inequivocamente, atinente ao ofício de

prestação jurisdicional. E isso não nos cabe analisar – afirmou Dutra, que leu o ofício.

Atendendo a apelo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), os senadores decidiram continuar presentes na reunião em que ocorreria o depoimento, mas não se inscreveram para fazer perguntas.

Ministro fala na CRE sobre a crise da Iugoslávia

Atendendo a convite do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador José Sarney (PMDB-AP), o ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, fez na terça-feira uma exposição sobre a situação política na Iugoslávia e a situação institucional no Paraguai, após a renúncia do presidente Raúl Cubas.

Sarney explicou que a iniciativa faz parte do acompanhamento dos temas internacionais que visa subsidiar os senadores com informações úteis ao seu desempenho parlamentar.

Na mesma reunião, a CRE aprovou, por unanimidade, o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição.

Os senadores da CRE procuraram conhecer a posição do governo brasileiro na ONU a respeito do problema na Iugoslávia. Segundo Felipe Seixas, o Brasil tem procurado o caminho do equilíbrio, uma vez que não está envolvido diretamente no conflito, pois não tem interesses econômicos ou população brasileira ameaçados.

"Mantivemos aberta nossa embaixada em Belgrado e funcionários em Budapeste. Os canais diplomáticos estão abertos e as comunicações estão normais", revelou o ministro.

O ministro fez um breve histórico do conflito entre sérvios e albaneses. Ele explicou que as divergências se estendem ao longo de 500 anos e se agravaram após o desmembramento da Iugoslávia. "A avaliação de interlocutores europeus e americanos com quem tivemos contato é de que todas as possibilidades de resolver o problema pela via diplomática foram esgotadas", revelou o ministro.

Para Luís Felipe, a chave da solução do conflito é a Rússia, a principal aliada da Iugoslávia. De acordo com o ministro, no momento está havendo um grande esforço diplomático para que a Rússia "seja parte da solução e não seja parte do problema" e que o conflito volte para o âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), suspendendo a ação militar.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) quis saber como se deu o posicionamento do Brasil no Conselho de Segurança da ONU em relação à resolução apresentada pela Rússia contra o ataque da Otan.

Luís Felipe explicou que o Brasil votou contrariamente à resolução russa porque ela fazia "vista grossa" em relação à limpeza étnica e à não-observância aos direitos humanos que geraram o ataque. Ele disse que a Otan agiu à margem do Conselho de Segurança devido ao desrespeito da Iugoslávia a determinações e leis internacionais aprovadas pelo próprio Conselho de Segurança.

Relator diz que fatos em apuração são "gravíssimos"

Segundo o senador João Alberto, documentos apreendidos pela Polícia Federal envolvem "grande parte do sistema financeiro nacional"

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o sistema financeiro, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse terça-feira que o exame dos documentos apreendidos pela Polícia Federal no apartamento do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, no Rio de Janeiro, revela "fatos gravíssimos", que chegam a envolver "grande parte do sistema financeiro nacional".

Segundo o senador, existem documentos apreendidos que revelam fatos ainda mais graves do que os que já foram noticiados pela imprensa, mas que ele só divulgará após exame mais minucioso do material pela CPI.

– Fiquei triste e estarecido ao tomar conhecimento do conteúdo desses documentos. Até meu equilíbrio emocional foi abalado, pois nunca pensei que nos altos escalões havia esses problemas. Se esses fatos se comprovarem, ele (Francisco Lopes) enganou a todos nós – afirmou o relator, durante entrevista coletiva.

Em resposta aos jornalistas, João Alberto disse que não há qualquer documento, de posse da CPI, comprometendo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ou qualquer outro integrante do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– São documentos que comprometem os que estão sendo investigados pela CPI – afirmou.



João Alberto: investigação não compromete nenhum membro do atual governo

Apesar de a CPI ter aprovado o envio ao Senado de toda a documentação apreendida pela Polícia Federal, o relator afirmou que prefere manter os documentos no Rio de Janeiro, por questão de segurança.

Revelou ainda que deverá ir ao Rio, para examinar os documentos. Segundo João Alberto, a Polícia Federal tem "ambiente mais propício", com depósitos apropriados e seguros, para guardar a documentação.

– Estou pronto para ir ao Rio, se for necessário, pois lá existe uma grande quantidade de documentos. Acho que esse material deve ficar com a Polícia Federal. Se esses documentos vierem para cá ficarão sob minha guarda e o Senado terá que providenciar um ambiente próprio para guardá-los – observou.

Sobre os trabalhos da CPI, o relator disse que a comissão ficou "maior e mais

ampla" com a tomada dos primeiros depoimentos e o roteiro de trabalho para as próximas semanas. Disse também que existem ainda muitos documentos para a CPI examinar.

Os dois procuradores que apresentaram os documentos apreendidos no Rio, Arthur Gueiros e Lima, estão à disposição da CPI. As diligências feitas até o momento, observou o relator da comissão, envolvem oito ambientes fiscalizados, sendo dois em São Paulo e seis no Rio.

Para João Alberto, será necessário fazer um levantamento amplo sobre os controladores da empresa Macrométrica, da qual Francisco Lopes foi sócio, para que a CPI possa decidir sobre a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dessas pessoas. "Queremos dar clareza aos trabalhos e uma resposta consistente para a sociedade", disse.

Jader: CPI garante direito de defesa a ex-presidente do BC

O líder do PMDB no Senado e autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, senador Jader Barbalho (PA), afirmou terça-feira, em entrevista à imprensa, que considera "muito fortes" os indícios de irregularidades contidos nos documentos apreendidos pela Polícia Federal no apartamento de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central (BC). Por isso, a CPI tem de ouvir, "antes de qualquer prejudicamento", as explicações do economista.

– A CPI garante o direito de defesa de Chico Lopes. O depoimento dele está marcado para a próxima segunda-feira e não há a menor possibilidade de novo adiamento – disse Jader.

Até lá, os senadores da CPI estarão estudando a documentação já recebida dos procuradores do Ministério Público, apreendida nos escritórios dos bancos Marka e FonteCindam e nas residências dos

controladores das duas instituições e de Francisco Lopes.

Ao ser interrogado por que a comissão só irá se reunir para novo depoimento na próxima segunda-feira, Jader observou que o trabalho de senadores numa CPI "não se limita a tomar depoimentos".

Para ele, a parte mais trabalhosa de uma CPI é a leitura e análise de documentos e depoimentos, expedição de ofícios e outras providências, como está sendo feito nesta semana.

Questionado se o encontro que o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), manteve com o vice-presidente da República, Marco Maciel, terça-feira, seria algum indício de que o governo estaria tentando minimizar a investigação, Jader Barbalho disse acreditar "que o governo não tem interesse nenhum em abafar a CPI".

Na sua opinião, "se por acaso alguém no governo tem tal interesse, não vai conseguir".



Segundo Jader Barbalho, "o governo não tem interesse nenhum em abafar a CPI"

– A CPI tem hoje total apoio do Congresso, do Ministério Público, da Polícia Federal e da imprensa. Nada muda os rumos das investigações – afirmou Jader.

Procuradores suspeitam que Lopes agiu contra a lei

A CPI do Sistema Financeiro decidiu, na terça-feira, enviar ao Rio os senadores João Alberto (PMDB-MA) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) para entregar à juíza da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Ana Paula Vieira, ofício solicitando acesso aos documentos apreendidos nas sedes dos bancos Marka e FonteCindam e nas residências de seus controladores e do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes.

João Alberto, relator da comissão, informou que os documentos deverão chegar hoje a Brasília. Os membros da CPI pretendem analisar os documentos até segunda-feira, data marcada para o depoimento do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes.

Saturnino considerou fundamental a presença de senadores durante a seleção dos documentos. "Os documentos citados pelos procuradores na reunião de segunda-feira (dia 19) são chocantes e deixaram os membros da comissão perplexos. Por isso, acho prudente a presença dos senadores", justificou. Segundo Saturnino, os procuradores informaram à CPI que foram encontrados documentos indicando gestões de Francisco Lopes junto à empresa de consultoria Macrométrica, quando ele ocupava a Diretoria de Política Econômica do BC, o que é proibido por lei.

João Alberto e Saturnino estarão acompanhados de dois assessores do Senado, que trabalharam nas investigações da CPI que resultou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e na CPI que apurou irregularidades na elaboração do orçamento, em 1993.

De acordo com o relator, os senadores e os técnicos do Senado "farão uma triagem dos documentos, examinando aqueles que de fato interessam aos trabalhos da comissão".

Na terça-feira, a ida de integrantes da CPI ao Rio para a análise dos papéis apreendidos rendeu debate em plenário. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que os senadores também deveriam participar da triagem dos documentos no Rio. Suplicy sugeriu que o presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), designasse uma comissão suprapartidária com três membros para o exame do material.

– Não se trata de dar condições para que esse ou aquele senador divulgue esse ou aquele documento, mas entendo que a seleção dos documentos deve ser feita pelos membros da CPI, com a ajuda dos técnicos do Senado – opinou.

Depois do pronunciamento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que decisões dessa natureza cabem à CPI, o senador Bello Parga defendeu, a princípio, a realização do trabalho apenas pelos técnicos da Casa.

"A tarefa é específica e não vejo necessidade de os senadores participarem", disse. Posteriormente, reunidos em plenário, os membros da CPI decidiram designar o relator e o senador Roberto Saturnino para acompanhar os trabalhos no Rio.

Jonas afirma que governo vai comprar álcool



Jonas: medidas para estimular produção de carros a álcool

Com o objetivo de sanear o mercado de álcool, o governo federal está finalizando estudos para a aquisição, por meio de leilão público, de cerca de 2 bilhões de litros de álcool, ao custo de R\$ 1,1 bilhão. A informação foi dada na terça-feira pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que a definiu como a mais alta importância.

O parlamentar ressaltou temer que o leilão público, num momento em que os estoques de álcool estão altos e a descapitalização dos produtores, elevada, possa provocar um aviltamento nos preços. Ele também informou que o governo estuda a possibilidade de ampliar o programa de equalização de custos na região da Amazônia Legal, para beneficiar os produtores de cana-de-açúcar da área.

Como acompanhou de perto as negociações do governo com o setor sucroalcooleiro, Jonas foi a plenário prestar contas à Casa e anunciar as principais medidas tomadas para incentivar o consumo do álcool combustível. Entre as principais medidas, ele citou o incentivo à aquisição de táxis movidos a álcool; a isenção de impostos para os veículos leves; e a renovação da frota de veículos leves do governo.

Valadares quer explicação para prejuízo do real

“Como explicar o prejuízo de R\$ 103 bilhões que o Brasil teve com a desvalorização do real?”, indagou terça-feira o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), afirmando que essa cifra equivale a cinco vezes a receita da venda da Telebrás, que foi de R\$ 22 bilhões. Ele fez uma preocupada análise da crise vivida pelo país nos últimos dias.

O senador afirmou que “as jogadas alucinantes do BC” resultaram em perdas com títulos cambiais e no mercado futuro de cerca de R\$ 55 bilhões, enquanto a dívida externa brasileira, com a alta do dólar, subiu R\$ 47 bilhões”. Também disse que as despesas do governo com a desvalorização do real elevaram a dívida pública a R\$ 500,7 bilhões em fevereiro:

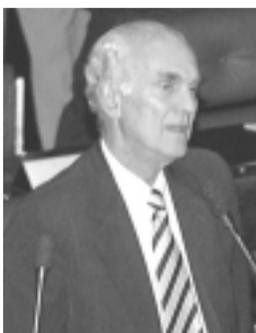
– Um rombo impressionante, que deixa muito mal a administração pública em nosso país, e que revela a incompetência do governo para definir prioridades, entre as quais estimular o setor produtivo interno, com a geração de emprego e renda, ao invés de adotar uma política recessiva – sustentou Valadares.

Roberto Saturnino sugere adiamento da cisão de Furnas

Senador aponta riscos para fornecimento de energia no país e propõe que assembleia da empresa não decida nada hoje

Frente aos estudos que apontam os riscos da cisão de Furnas para o fornecimento de energia no país, o senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) sugeriu, na terça-feira, que a assembleia da empresa convocada para hoje decida pelo adiamento da medida.

Os riscos abordados nos estudos têm gravidade “difícil de dimensionar”, disse. Há, exemplificou o senador, a possibilidade de que a cisão resulte em duas empresas geradoras para atuar nas mesmas bacias hidrográficas. Conforme Saturnino, o



Saturnino: cisão da Chesf e da Eletronorte também foi adiada

fato de o país não contar com uma legislação sobre o uso das águas “pode também gerar problemas desconhecidos até mesmo pelos técnicos”.

Outro efeito da cisão, afirmou o senador, é o de separar a geração e a transmissão de energia em duas empresas. Isso, segundo ele, provocará inevitável falta de recursos para os investimentos necessários em linhas de transmissão, dado que os recursos são obtidos na geração de energia.

Se a cisão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e da E-

letronorte foi adiada, seria conveniente que a de Furnas também o fosse, argumentou Saturnino. Os governadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo já dirigiram vários apelos ao governo em defesa do adiamento da cisão de Furnas, aos quais o senador acrescentou o seu próprio pedido.

Em aparte, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, informou que o ministro de Minas e Energia será convocado para discutir as cisões de empresas hidrelétricas. Ela manifestou a intenção de transformar a comissão num espaço de debate em que governo e sociedade possam discutir questões relevantes na área de infra-estrutura.

Alcântara defende cautela na privatização de água e esgotos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu o estudo detalhado, pelo governo federal, da privatização das empresas de abastecimento de água e esgotos, para impedir que ocorram problemas como os que estão sendo registrados nas companhias de energia elétrica e de telecomunicações privatizadas. Ele justificou sua preocupação lembrando que água de boa qualidade é fundamental para diminuir os índices de mortalidade infantil:

– É preciso que o governo medite na experiência que teve até agora com a privatização, principalmente nas áreas de telecomunicações e energia elétrica, e perceba o vínculo estreito entre a área

de saúde, principalmente da criança, com a questão do saneamento e esgotamento sanitário – disse Alcântara.

Na opinião do senador pelo Ceará, a empresa privada que conseguir os direitos de exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento vai querer conquistar lucros, e não terá interesse em investir na área social. Lúcio Alcântara lembrou que até o Paraná, estado



Alcântara: empresa ganhadora não terá interesse social

brasileiro dos mais bem dotados de infra-estrutura, sofre atualmente com o aparecimento de vários casos de cólera:

– E a cólera, que inclusive está ameaçando chegar a Curitiba, nada mais é do que uma expressão da falência de um sistema de saneamento. É preciso pensar muito na viabilidade da privatização. Qualquer acionamento sobre esse assunto, qualquer coação, não é bom para o Brasil – encerrou Lúcio Alcântara.



Prisăcaru (D) convidou Antonio Carlos a visitar a Romênia e manifestou seu interesse no estreitamento das relações entre os dois países

ACM RECEBE SENADOR DA ROMÊNIA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de terça-feira o presidente da Comissão de Política Exterior do Senado da Romênia, Gheorghji Prisăcaru, do qual recebeu apelo no sentido de estimular a participação brasileira no Fórum Internacional Romênia-América Latina, que se realizará em Bucareste, de 26 a 28 de maio. Prisăcaru disse que seu país tem grande interesse no

estreitamento das relações bilaterais, na manutenção da amizade entre os dois povos e na colaboração para propósitos comuns, e convidou Antonio Carlos a visitar a Romênia.

O vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que acompanhou o visitante no encontro, disse que o político romeno enfatizou as afinidades entre os dois países.

Mauro entra com denúncia contra juiz

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) comunicou que deu entrada na terça-feira, na Procuradoria Geral da República, com uma representação contra o procurador eleitoral que atuou no estado de Goiás durante o último pleito, Hélio Telho Corrêa Filho. No documento, o seu partido pede o afastamento do procurador, baseado na sua atuação nas últimas eleições.

Na opinião de Mauro Miranda, que preside o PMDB em Goiás, Hélio Telho agrediu a lei e a ética ao atuar de forma tendenciosa na condução das eleições passadas. Ele acrescentou que a cumulatividade existente entre o PSDB, seus partidos coligados e o procurador eleitoral não foi sequer disfarçada:

– Sob o patrocínio do procurador, instalou-se em Goiás o império do terror e do denunciamento sem provas. Chegou-se ao absurdo de colocar em funcionamento um sistema de disque-denúncia, em que bastava uma voz desconhecida ao telefone para deflagrar um processo contra nossos companheiros. Cabe à Procuradoria analisar os fatos, dar curso às medidas cabíveis de apuração e tomar a melhor atitude que convenha à imagem de respeitabilidade de que desfruta entre os brasileiros – completou.

Estevão diz que federais manterão gratificação

A ameaça de supressão, nos contracheques de abril, de 46% do total dos proventos de 13.500 policiais federais foi afastada pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, segundo disse na terça-feira o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A solução é temporária, mas, em cumprimento a ação judicial transitada em julgado, deve ser definitiva, acrescentou.

O senador também solicitou ao governo federal a extensão desse tratamento aos policiais civis e aos bombeiros do Distrito Federal, “que até hoje não tiveram reconhecido seu direito à Gratificação de Operações Especiais”. De 1990 e 1994, afirmou, o governador Joaquim Roriz garantiu o pagamento da diferença com recursos próprios, mas seu sucessor, Cristovam Buarque, não o fez. Agora, o governo do DF não tem recursos suficientes para realizar o pagamento em lugar da União, disse.

Além disso, ressaltou o senador, a União também deve aos policiais militares e aos bombeiros do DF “alguns meses da Gratificação de Atividades Militares (GAM), dívida líquida, certa e incontável”.

Luiz Estevão explicou que a redução salarial se deve a uma interpretação errônea da Advocacia Geral da União (AGU) e da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio (Seap) relativamente à Gratificação de Operações Especiais (GOE).

Livro sobre Humberto Lucena é lançado no Senado

O livro *Humberto Lucena, o Verbo e a Liderança* será lançado no dia 28, às 18h, na Biblioteca do Senado Federal. De autoria da jornalista paraibana Fátima Araújo, responsável pela pesquisa e texto, o livro é uma publicação da Editora Texto e Arte, da Paraíba, numa iniciativa do jornal *A União*. A obra traz dados biográficos do senador, histórico de sua atuação parlamentar e depoimentos de parlamentares e jornalistas que com ele conviveram por muitas décadas.

Os senadores da bancada da Paraíba (Ronaldo Cunha Lima, primeiro-secretário da Casa, Ney Suassuna e Wellington Roberto) e a diretora da Biblioteca, Simone Bastos Vieira, estão convidando para o lançamento da obra.

Aeroporto de Brasília já tem o nome de JK

O presidente da República em exercício, Marco Maciel, sancionou na última terça-feira o projeto do Congresso que coloca o nome de Juscelino Kubitschek no aeroporto da capital federal, que passará a se chamar Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek. A sanção ocorreu um dia antes do 39º aniversário de fundação da capital.

O projeto, aprovado na semana pas-

sada pelos senadores, é de autoria do deputado Jofran Frejat e tramitou junto com uma proposta do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que tinha o mesmo objetivo. Para evitar que o projeto voltasse à Câmara dos Deputados, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) propôs, e o plenário aprovou, a inclusão da expressão “presidente” antes do nome Juscelino Kubitschek, prevista na proposta de Arruda.

Heloísa critica política indigenista do governo

Ao reportar-se à passagem do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a data “estimula pensamentos diversos sobre a lição de vida e dignidade que os povos indígenas nos dão”. Ela aproveitou para criticar a política indigenista do governo e ressaltou que faz dois anos que os pataxós choram a morte do índio Galdino.

– No governo de Fernando Henrique Cardoso, a indefinição e a tristeza se aprofundam cada vez mais nas comunidades indígenas diante da clara opção do Executivo por um modelo econômico corrosivo aos interesses nacionais e populares. Com o Decreto 1.775/96, foi dada a senha pelo governo para invasores de terras indígenas e se possibilitou a multiplicação de conflitos e violência – disse a senadora petista.

Heloísa Helena afirmou que, além disso, a Funai foi deixada sem apoio e

entregue a pequenas “máfias” que se engalfinham por recursos e cargos. “O governo federal, volúvel diante dos interesses dominantes, precisa aprender a evitar negociar terras e vidas indígenas e cumprir suas promessas eleitorais”, defendeu ela.

A senadora lembrou também o assassinato do líder indígena Francisco de Assis, o Chicão, do povo Xucuru Orurubá, de Pernambuco, morto há um ano.

Ao saudar os povos indígenas do país, especialmente de seu estado, Heloísa Helena disse que a comunidade indígena “nos faz refletir sobre um modelo de sociedade que supera a ânsia pelo poder, o jogo de vaidades, a mediocridade da arrogância e que permite viver a plenitude da vida”. Segundo a senadora, temos de aproveitar essa data para agradecer o exemplo de comunidade desse povo.



Heloísa vê nos índios uma lição contra a “ânsia pelo poder”

Rádio Senado reconstitui os 500 anos do Brasil

Em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, a Rádio Senado FM produziu o programa *Brasil 500 Anos*, que vai contar a história do país até os dias de hoje.

A série é composta por um total de 53 programas, que serão levados ao ar a partir deste fim de semana. O último programa da série irá ao ar no dia 22

de abril do ano 2000. A produção é da equipe da Senado FM.

Os dois primeiros programas são dedicados aos nossos colonizadores. Narrados por lusitanos, contam a história de Portugal desde sua formação até o descobrimento. O programa irá ao ar todos os sábados, às 18 horas, com reprise aos domingos, às 9h30.

PROGRAMAÇÃO



RÁDIO SENADO

HOJE

08h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação

Projeto proíbe o uso da TR no Sistema Financeiro de Habitação

Antonio Carlos Valadares sugere que INPC reajuste o saldo devedor dos contratos habitacionais. Correção proposta é retroativa a 1991

O reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais feitos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ocorrerá no máximo uma vez por ano e será fixado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, ou outro índice de preços que venha a substituí-lo.

É o que determina projeto de lei complementar apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A matéria está tramitando, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto estabelece que, na atu-



Para o senador Valadares, a TR é “a grande vilã” do SFH

alização monetária de saldos devedores ou residuais dos contratos habitacionais, não será permitida a aplicação da Taxa Referencial via índice de poupança, nem de índices ou indexadores que a utilizem como parâmetro.

As entidades integrantes do SFH ficam obrigadas a recalculer o saldo devedor dos contratos habitacionais com base no INPC a partir de março de 1991.

Na opinião de Valadares, o SFH, criado na década de 60 para financiar a aquisição de moradias pelas classes média e baixa, deixou de cum-

prir a sua função. Ele afirmou que, nos últimos anos, o sonho da casa própria virou um pesadelo para grande parte da população.

– As famílias, com seu orçamento já por demais comprimido, têm sido obrigadas a assumir prestações cada vez maiores, o que as leva a sacrificar ainda mais seus gastos. Mas as prestações maiores não são suficientes para conter o crescimento do saldo devedor – explicou Antonio Carlos Valadares.

Para o senador, a TR é a grande vilã das atuais prestações da maioria dos mutuários do SFH. Valadares concluiu que o seu projeto, substituindo a TR pelo INPC como índice de atualização monetária do saldo dos contratos de habitação, resolverá o desequilíbrio hoje existente.

Tuma propõe nova regra para registro de imóveis

Dizendo que homenageava o ex-senador e hoje governador de Santa Catarina, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) reapresentou projeto de lei de autoria de Esperidião Amin, para dar maior consistência aos mecanismos jurídicos que regulam os registros públicos relativos à incorporação imobiliária. Conforme o parlamentar, dessa forma serão garantidos, de maneira mais eficaz, os direitos dos adquirentes de imóveis.

O projeto altera a Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos. Ele informou que a iniciativa amplia as possibilidades de registro público, nos casos em que o contratante não concordar em corrigir defeitos ou omissões apontadas pelo oficial registrador. Disse também que os acréscimos oferecidos pelo projeto à Lei 6.015 aumentam a segurança do adquirente de imóvel, na medida em que fica permitido o registro de qualquer documento que caracterize a realização do negócio jurídico.

– As alterações, em suma, atualizam o disciplinamento legal da matéria, cuja realidade exige que se ampliem os casos de registro do negócio imobiliário, hoje formalmente restringido pelos termos da Lei 6.015 – afirmou.



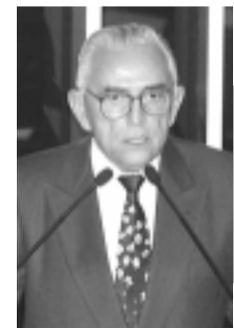
Tuma reapresentou projeto do ex-senador Esperidião Amin

Francelino lembra 210 anos da Inconfidência Mineira

Ao registrar a passagem de 210 anos da Inconfidência Mineira, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que só tem sentido lembrar Ouro Preto e os inconfidentes se isso representar a renovação do compromisso de mudar a “negra face” social do Brasil.

– Somos hoje a oitava economia do mundo, mas, ao mesmo tempo, a 48ª nação em indicadores sociais negativos. Ainda somos um país injusto. Milhões de seres humanos vivendo abaixo da linha de pobreza, sem qualquer renda mínima, renda nenhuma – lamentou o senador Francelino Pereira.

Na opinião do parlamentar, o Brasil deve assumir o compromisso de oferecer a sua população o direito à liberdade, à saúde, à escola, à segurança pública e ao emprego, as-



Francelino destaca necessidade de mudar a “face social” do país

segurando assim a integração social de seus habitantes, sem qualquer tipo de exclusão.

Francelino Pereira registrou que enquanto existirem os deserdados, excluídos, marginalizados, as crianças e os velhos famintos sobrevivendo sob as marquises dos prédios, os brasileiros não poderão dizer que são um povo livre e senhor do seu destino.

Região amazônica precisa se desenvolver, diz Mestrinho

A região amazônica abrange nove estados brasileiros e é responsável por 30% das florestas do mundo, sendo que 9% desta área já estão devastados. Para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), esse percentual de devastação não justifica uma paralisação do desenvolvimento sustentável nem das demarcações de áreas indígenas que estão sendo feitas.

Esse o ponto de vista que ele defendeu durante entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje, em quatro horários: às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador Gilberto Mestrinho defende ainda a criação de um programa de desenvolvimento racional para a Amazônia, com treinamento de pessoal, aplicação de recursos, e até mesmo orientação técnica para os colonos não qualificados.

“É preciso mostrar que a atividade fundamental é o plantio de árvores. E é necessário realizar novamente o mapeamento para atrair capitais para a exploração da maior província mineral do planeta”, disse.

Senadores homenageiam os 39 anos de Brasília

Os 39 anos de fundação de Brasília, que transcorreram ontem, 21 de abril, foram lembrados na sessão de terça-feira do plenário do Senado. A homenagem resultou de uma proposta dos três senadores do Distrito Federal — José Roberto Arruda (PSDB), Luiz Estevão (PMDB) e Lauro Campos (PT). O presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, classificou a iniciativa como uma honra para o Senado.

Estiveram presentes à sessão do Senado autoridades e figuras ilustres na história da cidade, entre elas o vice-governador do DF, Benedito Domingos, e Toniquinho, cidadão de Jataí (GO), que ensejou, com uma pergunta feita em um comício em 1955, a promessa do então candidato Juscelino Kubitschek de fazer cumprir a Constituição e transferir a capital para o interior do país.

ACM lembra que esteve na inauguração



Antonio Carlos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) observou que talvez fosse o único dos presentes a ter participado da inauguração da capital. Ele disse que se sentia honrado em ter sido amigo

de Juscelino Kubitschek, acrescentando que lhe foi fiel “não apenas no governo, mas até a sua morte”. O senador saudou os familiares de Juscelino que compareceram à solenidade e referiu-se a ele como “o grande presidente, o maior da história do país nos últimos tempos”.

Segundo Antonio Carlos, os senadores do DF, que discursaram em homenagem à cidade, traduziram “o sentimento não só de Brasília, como do povo brasileiro e de outros senadores”. Ao final, afirmou que desejava ressaltar “os nossos deveres com essa capital e com a memória do grande presidente Juscelino Kubitschek”.

Arruda quer ajudar na festa dos 40 anos

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que a capital brasileira é o símbolo do desenvolvimento e da integração nacional, protagonizada pelo presidente Juscelino Kubitschek:

– Do descobrimento até a inauguração de Brasília, em 1960, o Brasil viveu numa estreita faixa litorânea. Somente com a audácia de JK, o brasileiro se dispôs a conquistar o interior e integrar o país. Com o arrojo de sua arquitetura e concepção urbanística, ela representa nossa cidade-síntese – afirmou.

O senador pelo DF enfatizou o caráter suprapartidário da homenagem a Brasília. “Essa é uma hora de união entre todos os segmentos políticos do país, que também ressalta JK, o homem da harmonia e do encontro. Quando ele dizia que

‘do Planalto Central podia descortinar o destino glorioso do Brasil’, certamente estava pensando nos pioneiros que, de todos os cantos do país, acorreram para construir a cidade, na esperança de construir, também, suas próprias vidas”, afirmou, emocionado.

Arruda apresentou requerimento propondo a criação de uma comissão especial, no Senado, para organizar os festejos do 40º aniversário de Brasília, que transcorrerá no dia 21 de abril do ano 2000, um dia antes das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil: “Cabe a nós, senadores, fazer o mesmo para homenagear Brasília, que tão bem recebe os representantes de todos os estados da Federação”.

O senador por Brasília fez questão, ainda, de rebater afirmações do humorista Jô Soares, que, ao entrevistar o ministro do Esporte e Turismo, Raphael Grecca, chamou Brasília de “ilha da fantasia, onde tudo de ruim acontece”, comentando que “num clima inóspito como o de Brasília deveriam construir apenas cassinos, como é o caso de Las Vegas, nos Estados Unidos”. Para Arruda, essas são opiniões de quem não conhece Brasília, seu povo e sua cultura, e aproveitou a oportunidade para convidar Jô Soares para visitar a cidade.

Estevão destaca promessa feita por Juscelino



Luiz Estevão

Para mostrar como fatos acidentais podem ter importância crucial na história de um país, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) lembrou em seu discurso o episódio em que Juscelino Kubitschek, no dia de seu primeiro comício de campanha à Presidência da República, assumiu o compromisso de transferir a capital federal do Rio de Janeiro para o interior do país.

Nesse dia (4 de abril de 1955) concretizou-se a idéia, formulada há 200 anos e inscrita na Constituição há cerca de 100 anos, de consolidar a integração nacional com a criação de um pólo que desloca-se para o interior um desenvolvimento historicamente concentrado no litoral do país.

O comício fora marcado para uma praça de Jataí (GO) e, conforme o senador,

deslocado para um precário galpão devido a um temporal. Lá, com o candidato à Presidência em cima de um caminhão, “foi possível a um jovem advogado formular a pergunta que mudaria a história do Brasil”, disse, Toniquinho, cunhado do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), perguntou a JK se ele cumpriria a Constituição no tocante à mudança da capital e o candidato, sem que uma política de interiorização estivesse formulada explicitamente, respondeu que sim.

Luiz Estevão referiu-se também à importância de vários notáveis que assumiram a construção de Brasília, como Israel Pinheiro, Ernesto Silva, Bernardo Sayão, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, e ressaltou o papel do ex-governador José Aparecido de Oliveira na elevação de Brasília a patrimônio da humanidade.

Para o senador, Brasília não é só uma obra urbanística mundialmente reconhecida, nem apenas o elo que reverteu o modelo de desenvolvimento vigente até a década de 50. Brasília são seus jovens, afirmou, citando Joaquim Cruz, Carmen de Oliveira, Nelson Piquet, Oscar Schmidt, no esporte, e Oswaldo Montenegro, Cássia Eller e Renato Russo, na música, entre outros.

Para Suassuna, cidade é fruto da esperança

“Mais que uma cidade-estado, Brasília é a perfeita síntese do que somos como nação”, afirmou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele disse ter ido à tribuna principalmente como cidadão brasileiro, que ama a pátria e acredita em suas potencialidades.

Para o senador, Brasília é fruto da capacidade brasileira de perseguir utopias e expressa a abençoada vocação nacional para sonhar alto, tornando possível concretizar a esperança. “Reflete sem retoques a alma nacional, comprometida com a grande aventura da vida, com a busca da humana felicidade, com a vontade de descortinar o futuro”, afirmou.

Suassuna homenageou os milhares de pioneiros que para aqui vieram, quando Brasília não passava de uma mera possibilidade. Para o senador, esses brasileiros

acreditaram no projeto e a ele deram vida. “Homenageio particularmente os milhares de candangos que vieram trabalhar nas obras, com disposição e coragem, provavelmente sabedores do feito histórico que ajudavam a protagonizar.”

Em sua opinião, depois de construída a cidade e transferido o governo, foi essa gente a maior responsável pelo sentido humano que Brasília adquiriu. Como exemplo, ele referiu-se aos cantores, poetas populares, feiras e outras manifestações culturais que integram o cenário da cidade. E pediu que Brasília se mantenha livre “para continuar sendo o que é”.

Lauro diz que capital alavancou a economia

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse em discurso que pensar Brasília como uma cidade-problema e tentar retirar dela a condição de capital

federal é não ter uma visão do contexto em que estava inserida a sua construção, que era o de tentar resolver os problemas do Brasil.

“Essa produção do pensamento, ligada à produção material centrada em São Paulo, constituiu-se, desde o princípio, em ingrediente que se opõe, que não compreende e que quer destruir a nossa capital”, afirmou.

– Brasília foi feita para resolver os problemas do Rio de Janeiro e para alavancar a economia de São Paulo. Como alegrou as indústrias de cimento de Ermírio de Moraes, com as grandes encomendas de cimento; como ficaram alegres e satisfeitas as siderurgias de São Paulo, quando as encomendas de ferro para a construção rápida da nova cidade constituiram um novo mercado para a economia paulistana – disse Lauro Campos.

O senador lembrou que os militares proibiram a instalação de indústrias em Brasília por entenderem que, se isso fosse feito, “Brasília repetiria, num processo de sindicalização e de reivindicações, as perturbações que já ocorriam nas grandes capitais do Brasil, em especial no Rio de Janeiro”.

O senador protestou contra a demissão de funcionários públicos e lembrou que o desemprego em Brasília é um dos

maiores do país, o que tem levado a uma onda de falências no comércio da cidade, ajudada pelas altas taxas de juros. Para ele, não se percebe que Brasília, além de ser centro das decisões políticas, constitui um grande mercado que viabiliza e sustenta a indústria da região Sudeste.

Para incrementar o mercado de trabalho brasileiro, o senador disse ter apresentado projeto de lei criando a Área de Livre Comércio do DF. “Antes de serem objeto de favorecimento fiscal, essas áreas sob regime aduaneiro especial se constituem em importantes instrumentos de indução do desenvolvimento econômico, proporcionando a abertura de grande número de novos postos de trabalho”, explicou.

Iris adverte para miséria no Entorno

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou em discurso que, apesar de ser uma das mais modernas capitais do mundo, a cidade está ocupada em seu entorno por “uma legião de excluídos”. Por esse motivo, o senador defendeu uma resposta urgente para resolver o problema.

Iris Rezende lembrou que, ainda no ano passado, ele e o senador José Roberto Arruda

(PSDB-DF) propuseram soluções para os problemas sociais da região metropolitana de Brasília. O projeto, aprovado no Senado e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, vem sendo executado pela Secretaria de Políticas Regionais, em parceria com os governos do DF, de Goiás e de várias prefeituras.

Iris lembrou que o 21 de abril também é o dia em que o Brasil reverencia o nome de Tiradentes. O senador fez uma ligação entre os dois episódios e registrou que a mudança da capital era defendida pelos inconformes:

– Na verdade, Brasília é a mais bela e atrevida epopéia deste século, feita do sonho, profecia, bandeirantismo e determinação inquebrantáveis de Juscelino Kubitschek, da poesia de concreto de Oscar Niemeyer e do traço harmonioso de Lúcio Costa – disse Iris Rezende.



Lauro Campos



Iris Rezende



José Roberto Arruda



Ney Suassuna